

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.831 - MG (2019/0009034-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS** : **SILVIA DE FATIMA DA CONCEICAO RIBEIRO - MG047867**  
**GLEICIANE EMANUELE DUARTE - MG088019**  
**CLÁUDIO CARDOSO DA SILVA LEMOS - MG077758**  
**BRUNO DIAS CÂNDIDO - MG116775**  
**MARIANA TORMIN TANOS LOPES E OUTRO(S) - MG134268**  
**BETÂNIA OLIVEIRA DE ANDRADE - MG150884**  
**RENATA KANGUSSU DA CUNHA - MG102777**  
**JULIANA MOREIRA ZEBRAL - MG141635**  
**LUANA DIAS SOUZA HONORATO - MG138000**  
**CAMILA LIMA SOARES - MG172500**  
**KATIA APARECIDA PEREIRA DAYRELL - MG110479**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**INTERES.** : **SILVIO NADUR MOTTA**  
**REPR. POR** : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido liminar, interposto pela **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO MINAS GERAIS** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o advogado Silvio Nadur Motta está sendo investigado pela prática dos crimes previstos nos arts. 138, 139 e 140, todos do Código Penal, por enviar mensagens nos grupos de *Whatsapp* contra a honra e dignidade do Promotor de Justiça e Juiz de Direito (Processo n.º 015876-60.2018.8.13.063).

Ao receber a denúncia, o Juízo de Direito da Comarca de Conceição do Rio Verde/São Lourenço-MG determinou a busca a apreensão do aparelho celular, de propriedade do acusado.

Impetrado mandado de segurança na origem, objetivando a restituição do objeto apreendido, a Corte estadual denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

"EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - DETERMINAÇÃO BUSCA E APREENSÃO - INDEFERIMENTO - IMPROPRIEDADE DO MANDAMUS - PERDA DO OBJETO.

Incabível o uso do mandado de segurança impetrado contra decisão contra a qual caiba recurso, e que visa a restituição de coisa apreendida em virtude de inquérito policial."(e-STJ, fl. 157).

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos, sem efeitos infringentes.

Sustenta a recorrente que, nos termos da legislação de regência, "a inviolabilidade do advogado alcança os meios de atuação, o local de trabalho, o escritório, arquivos, pastas, computador, celular, correspondências etc." (e-STJ, fl. 183).

Alega que "O celular apreendido detém, em seu corpo, informações protegidas pelo sigilo profissional, pois dizem respeito a clientes patrocinados pelo Dr. Silvio. Portanto, a legislação exige que a Ordem dos Advogados do Brasil acompanhe a busca, o que não foi observado no caso em comento." (e-STJ, fl. 183).

Requer, sede liminar, o sobrestamento "da decisão que determinou a busca e apreensão do aparelho celular do advogado representado bem como qualquer ato de análise ou efetiva devassa no telefone apreendido". No mérito, postula o provimento do recurso para que seja "declarada a nulidade absoluta da busca e apreensão, com a devolução do aparelho de telefone [...] apreendido", bem como "a nulidade de todos os elementos de prova ou atos produzidos posteriormente nos autos da Ação Penal n. 00115876-60.2018.8.13.0637.

Indeferida a liminar.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso ordinário.

Em petição acostada aos autos, o interessado pleiteou "nos termos da CF, 109, IV, e de ofício, declare incompetente a justiça estadual de processar o feito, e anule, inclusive a decisão que recebeu a denúncia (CPP, 567), mandando o feito para a justiça federal." (e-STJ, fl. 224).

**É o relatório.**

Decido.

Consoante relatado, narram os autos que a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO MINAS GERAIS, ora recorrente, impetrou mandado de segurança com o propósito de restituir o celular apreendido, de propriedade do interessado, o advogado Silvio Nadur Motta.

Por primeiro, quanto à incompetência da justiça estadual para o processamento do feito, conforme alegado pelo interessado à fl. 224, registro que não houve análise do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acerca desse tema, inclusive nem arguido em sede de razões recusais, motivo pelo qual resta impedido este Tribunal Superior de conhecer do *writ*, nesse ponto, sob pena de indevida supressão de instância.

Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte.

A propósito, os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. QUESTÕES NÃO ANALISADAS PELO EG. TRIBUNAL DE ORIGEM. INVIABILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO POR MEIO DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. VIABILIDADE. SANÇÃO JURIDICAMENTE FUNDAMENTADA. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. NÃO

CONFIGURAÇÃO. DEMONSTRADAS A RECALCITRÂNCIA E CAPACIDADE DA EMPRESA. MANUTENÇÃO DO DECISUM. RECURSO A QUE SE NEGOU PROVIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Como é sabido, o mandado de segurança somente terá cabimento para a proteção de direito líquido e certo, compreendendo-se tal expressão, em sentido processual, como "direito comprovável documentalmente, sem necessidade de instrução dilatória." (GRINOVER, Ada Pellegrini, 7ª ed. pág. 310).

II - "Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte" (RHC 81.284/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe 30/8/2017).

III - No caso, o agravante não comprovou, por meio de prova pré-constituída, a impossibilidade de cumprimento da ordem judicial, inviável a dilação probatória no mandado de segurança. IV - Configurado o descumprimento de ordem judicial, a Quinta e a Sexta Turma desta Corte sedimentaram que "a imposição de astreintes à empresa responsável pelo cumprimento de decisão de quebra de sigilo, determinada em inquérito, estabelece entre ela e o juízo criminal uma relação jurídica de direito processual civil", cujas normas são aplicáveis subsidiariamente no Processo Penal, por força do disposto no art. 3º do CPP. V - Desta forma, "a solução do impasse gerado pela renitência da empresa controladora passa pela imposição de medida coercitiva pecuniária pelo atraso no cumprimento da ordem judicial, a teor dos arts. 461, § 5º, 461-A, do Código de Processo Civil, c.c. o art. 3º do Código de Processo Penal" (RMS 44.892/SP, Quinta Turma, Rel.Min. Ribeiro Dantas, DJe 15/04/2016).

VI - O art. 139, IV, do CPC/2015 autoriza o Juiz a "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária".

VII - Não há que ser falar em afronta ao princípio da proporcionalidade quando demonstradas nos autos a recalcitrância da empresa em cumprir a determinação judicial e o seu poder econômico, conhecida que é como "a maior rede social virtual em todo o mundo", (fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook>).

VIII - No que concerne à alegação de afronta ao "princípio da soberania alheia e da intervenção indevida realizada sobre matéria sujeita à jurisdição de outro estado", inviável análise da matéria somente trazida à discussão em sede de agravo regimental, providência vedada pela jurisprudência deste Tribunal Superior, por revelar nítida inovação recursal.

IX - No presente agravo regimental não se aduziu qualquer argumento apto a ensejar a alteração da decisão agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RMS 54.887/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER,

QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 11/06/2018).

"HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. TESE DE REFORMATIO IN PEJUS INDIRETA. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. A via eleita revela-se inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedentes.

2. A questão referente à existência de reformatio in pejus indireta não foi examinada pelo Tribunal de origem, circunstância que evidencia a impossibilidade de análise da impetração por este Sodalício, sob pena de supressão de instância.

3. "O eg. Tribunal a quo não se pronunciou sobre a matéria veiculada no mandamus e reiterada no presente recurso, e isso porque o tema relativo à ocorrência da reformatio in pejus indireta, no agravamento da situação do acusado, após a declaração da nulidade da primeira sentença condenatória, não foi nem mesmo devolvido, na Apelação Criminal da Defesa interposta contra a segunda sentença. O requisito do prequestionamento da matéria jurídica nas instâncias ordinárias, para a definição da competência deste Superior Tribunal de Justiça, aplica-se inclusive às questões de ordem pública, nos termos de assente jurisprudência desta Corte." (AgRg no HC 316.776/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 15/08/2018) 4. Habeas corpus não conhecido."

(HC 481.167/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 07/05/2019).

Passa-se à análise no tocante ao pedido de restituição do bem apreendido.

Dispõe a Súmula 267/STJ: "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".

Consigne-se, no ponto, que, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "conforme previsto no art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009, "Não se concederá mandado de segurança quando se tratar [...] de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo", Esse é o teor da Súmula n. 267 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição" (AgRg no RMS 55.276/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/11/2017).

De outra banda, em que pese não se desconhecer a diferença entre "sequestro" e "busca e apreensão de bens", "O sequestro, medida assecuratória constante do art. 125 e seguintes do CPP, visa a constrição de bens adquiridos com o produto do crime, enquanto a apreensão (art. 240 do CPP) visa, dentre outras finalidades, a constrição de produto do crime (*producta sceleris*)."(AgRg no AREsp 1.082.970/GO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 08/10/2018), a decisão que as determina desafia recurso próprio.

Nesse sentido, destaco entre outros julgados:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO DO RECURSO. **DECRETAÇÃO DE PERDIMENTO DE VEÍCULO UTILIZADO NO TRÁFICO DE DROGAS. TERCEIRO DE BOA FÉ. PROPRIEDADE DO VEÍCULO. DISCUSSÃO INVIÁVEL NA VIA ELEITA**, NA MEDIDA EM QUE IMPÕE ANÁLISE DE MATERIAL PROBATÓRIO. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Impende consignar que os arts. 932 do Código de Processo Civil - CPC c/c o 3º do CPP e 34, XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, permitem ao relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante nos Tribunais superiores, não importando em cerceamento de defesa ou violação ao princípio da colegialidade (RHC 59.075/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, DJe de 01/04/2016).

2. Na esteira da jurisprudência desta Corte não se admite a impetração de mandado de segurança para impugnar decisão judicial passível de recurso próprio, referida orientação, inclusive, é objeto de Súmula da Suprema Corte, ex vi do enunciado n. 267. Na hipótese, desafia-se *decisum* que indeferiu pedido de restituição de bens apreendidos, de natureza definitiva, sendo cabível, portanto, o recurso de apelação, previsto no art. 593, II do Código de Processo Penal - CPP.

3. A discussão acerca do direito de terceiro de boa-fé ou aquela relativa à utilização eventual do veículo pelo filho da recorrente para prática de crime, impõe o exame de material fático probatório, o que é vedado na via do mandado de segurança, pois pressupõe prova pré-constituída do direito alegado. Registre-se, por fim, que o veículo em questão foi utilizado como instrumento para a prática do crime de tráfico de drogas quando em posse do filho da ora recorrente, preso em flagrante, o qual, por sinal, era o antigo proprietário do bem em debate.

Agravo interno desprovido." (AgInt no RMS 53.398/MS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 10/10/2018).

Não se verifica, ademais, hipótese de teratologia ou abuso de poder no conteúdo do acórdão atacado.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego seguimento** ao recurso ordinário em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

